

ANÁLISE JURÍDICA

Projeto de Lei Complementar nº 08/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de cargos públicos de provimento efetivo, suas remunerações, carreiras e dá outras providências.

O Projeto atende formalmente aos requisitos previstos no art.

131, do Regimento Interno.

I- REGIME DE TRAMITAÇÃO:

O Projeto deverá ser submetido ao rito processual legislativo

Ordinário.

II- COMISSÕES PERMANENTES COMPETENTES:

Nos termos do art. 50, do Regimento Interno, opinamos para que sejam ouvidas a Comissão de Finanças, Orçamento e Gestão Pública, a Comissão de Saúde, Esporte, Lazer e Desenvolvimento Social e ainda, a Comissão de Justiça, Redação, Ética e Cidadania.

III- QUÓRUM E PROCESSO DE VOTAÇÃO:

Nos termos do art. 63 da LOM c/c art. 161, § 3º, inciso V, do Regimento Interno, o quórum para deliberação deve ser tomado por maioria absoluta de votos dos membros da Câmara, por meio de processo de votação nominal, consoante disposição regimental prevista no art. 163, § 5°, inciso V, alínea "I".

Palmital, 07 de março de 2023.

Márcio Junior de Oliveira Procurador Jurídico

Natacha Vilas Boas Campos

Estagiária de Direito